

O USO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO PELA UEMA A PARTIR DA REGULAÇÃO CEE

THE USE OF THE RESULTS OF THE EVALUATION OF UNDERGRADUATE COURSES BY UEMA BASED ON THE CEE REGULATION

EL USO DE LOS RESULTADOS DE LA EVALUACIÓN DE CURSOS DE GRADO POR PARTE DE LA UEMA EM BASE AL REGLAMENTO CEE

Fabiola de Jesus Soares Santana¹
<https://orcid.org/0000-0002-0708-3449>

Nadja Fonsêca da Silva²
<https://orcid.org/0000-0002-6517-5886>

Resumo: Este artigo objetiva analisar o uso dos resultados da avaliação dos cursos de graduação pela Universidade Estadual do Maranhão-UEMA a partir da regulação do Conselho Estadual de Educação – CEE/MA. Para realização deste estudo, estabeleceu-se uma questão norteadora: quais ações são desenvolvidas pelos Diretores de Curso de Graduação a partir dos resultados das avaliações do CEE/MA? Como percurso metodológico, utilizou-se a abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso; a revisão de literatura; análise de fontes documentais e legais do CEE; mapeando o estado de conhecimento com estudos provenientes de normativas que tratam do papel e das atribuições dos CEE atinentes às políticas de regulação e avaliação da Educação Superior. Os resultados revelam que a UEMA tem desenvolvido ações a partir dos resultados dos relatórios de avaliação interna e externa - ENADE/Inep, CEE, CPA, AVALGRAD. Consideramos que se faz necessário uma ampla discussão com os gestores da UEMA (Reitoria, Pró-Reitorias, Direções de Centro, Direções de Curso, Chefes de Departamentos, Colegiados de Curso, Núcleos Docentes Estruturantes (NDE)) e Comissão Própria de Avaliação/CPA sobre a concepção de qualidade de ensino e de avaliação emancipatória, de modo a romper com a cultura do controle, da eficiência e eficácia exigidas pelo mercado, bem como analisar criticamente as políticas de regulação e avaliação, na perspectiva da (re)construção democrática da autonomia universitária com compromissos voltados à qualidade social.

1 Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8066814898585035>. E-mail: fabiolasantana@professor.uema.br.

2 Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9850574903473891>. E-mail: nadjafonseca2@gmail.com.

O uso dos resultados da avaliação dos cursos...

Palavras-chave: Políticas de Avaliação e Regulação. Conselho Estadual de Educação. UEMA. Uso dos resultados. Qualidade educacional. Desafios e possibilidades.

Abstract: This paper aims to analyze the challenges and possibilities for the use of the results of the evaluation of the dimensions and indicators of the Assessment Instrument for undergraduate courses at SINAES, taken as a reference by CEE-MA in the evaluation processes for recognition and renewal of recognition of undergraduate courses. UEMA graduation. To carry out this study, a guiding question was established: what actions are developed by the Undergraduate Course Directors based on the results of the CEE/MA assessments? As a methodological approach, a qualitative approach was used, of the case study type; the literature review; analysis of CEE documentary and legal sources; mapping the state of knowledge with studies from regulations that deal with the role and attributions of CEE-MA regarding the regulation and evaluation policies of Higher Education. The results reveal that UEMA has developed planned actions based on the results of internal and external evaluation reports, as well as in line with the PDI, to raise the quality of teaching from the perspective of formative evaluation, breaking with the culture of control, efficiency and effectiveness demanded by the market. We consider that a broad discussion is necessary with the managers of UEMA (Rectorate, Pro-Rectories, Center Directorates, Course Directors, Department Heads, Course Collegiate, Structuring Teaching Nucleus (NDE), Own Assessment Commission/CPA) on the relevance of critical analysis of regulation and evaluation policies, in the perspective of the democratic construction of university autonomy with commitments anchored to the internal and external community focused on social quality.

Keywords: Evaluation and Regulation Policies. State Board of Education. UEMA. Use of results. Challenges and possibilities.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar los desafíos y posibilidades para el uso de los resultados de la evaluación de las dimensiones e indicadores del Instrumento de Evaluación de los cursos de pregrado del SINAES, tomado como referencia por el CEE-MA en los procesos de evaluación para el reconocimiento y renovación de reconocimiento de cursos de pregrado graduación UEMA. Para la realización de este estudio, se estableció una pregunta orientadora: ¿qué acciones desarrollan los Directores de Carrera a partir de los resultados de las evaluaciones CEE/MA? Como enfoque metodológico se utilizó un enfoque cualitativo, del tipo estudio de caso; la revisión de la literatura; análisis de fuentes documentales y legales de la CEE; mapear el estado del conocimiento con estudios provenientes de normativas que aborden el rol y las atribuciones de las CEE frente a las políticas de regulación y evaluación de la Educación Superior. Los resultados revelan que la UEMA ha desarrollado acciones planificadas en base a los resultados de los informes de evaluación interna y externa, así como en línea con el PDI, para elevar la calidad de la docencia desde la perspectiva de la evaluación formativa, rompiendo con la cultura del control, la eficiencia y eficacia exigida por el mercado. Consideramos que es necesaria una amplia discusión con los responsables de la UEMA (Rectorado, Prorectorías, Direcciones de Centro, Direcciones de Curso, Jefes de Departamento, Colegiado de Curso, Núcleo Docente Estructurante (NDE), Comisión de Evaluación Propia/CPA) sobre la pertinencia de las análisis de las políticas de regulación y evaluación, en la perspectiva de la construcción democrática de la autonomía universitaria con compromisos anclados a la comunidad interna y externa enfocados en la calidad social.

Palavras clave: Políticas de Evaluación y Regulación. Junta Estatal de Educación. UEMA. Uso de resultados. Calidad educativa. Desafios y posibilidades.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa integra o Eixo 3/ Rede Universitas, com o projeto intitulado “Atuação dos Conselhos Estaduais de Educação nas Políticas de Avaliação e Regulação da Educação

Superior e suas Influências Modeladoras nas Universidades Públicas Estaduais”, financiado pela chamada universal CNPq/2018. Neste artigo, examinamos o uso dos resultados da avaliação dos cursos de graduação pela UEMA a partir das políticas do CEE.

Os Conselhos Estaduais de Educação no Brasil são responsáveis pela normatização da Avaliação e Regulação das IES sob sua jurisdição. Com a instituição do Sinaes em 2004, os CEE passaram a reformular as políticas de avaliação e regulação com a lógica de privatização do ensino público do Estado Avaliador.

A Universidade Estadual do Maranhão, como instituição de educação superior da esfera pública estadual, é regulada e avaliada pelo Conselho Estadual de Educação do Maranhão (CEE-MA).

Este artigo tem por objetivo analisar as possibilidades do uso dos resultados das ações de avaliação e regulação da Educação Superior da UEMA, tendo em vista as dimensões e os indicadores do Instrumento de Avaliação dos cursos de graduação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), tomados como balizadores dos relatórios expedidos pelo Conselho Estadual de Educação do Maranhão (CEE-MA) nos processos de avaliação para reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de graduação da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Como objetivos específicos intentamos também: identificar as normativas e os procedimentos constitutivos dos CEE; conhecer as atribuições dos CEE e compreender as proposições construídas pelos gestores da UEMA a partir do uso dos resultados da avaliação dos cursos de graduação expressos nos Relatórios do CEE-MA.

Os Conselhos Estaduais de Educação referem-se à orientação sobre a política educacional dos Estados, com a responsabilidade de regulamentar, por ações normativas, e organizar o Sistema de Ensino em vários níveis. Originaram-se a partir da criação do Conselho Nacional de Educação (CNE), oriundo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN) nº. 4. 024, de 20 de dezembro de 1961. Dessarte, compreender a dinâmica dos processos de avaliação e regulação realizados por essas entidades, bem como os resultados junto à rede pública de ensino em seus variados níveis e modalidades é de grande relevância para a pesquisa, no sentido da melhoria da qualidade do sistema educacional brasileiro.

Para realização deste estudo, estabeleceu-se a seguinte questão norteadora: Quais ações são desenvolvidas pelos Diretores de Curso de Graduação da UEMA a partir dos resultados das avaliações advindas do CEE/MA?

Quanto ao desenvolvimento, este artigo divide-se em quatro seções, intituladas respectivamente em: Atribuições do CEE-MA: O que dizem os documentos e os dispositivos legais?; Configuração das políticas de regulação e avaliação da educação superior; Percurso metodológico e Considerações finais.

2 ATRIBUIÇÕES DO CEE-MA: O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS E OS DISPOSITIVOS LEGAIS?

O Conselho Nacional de Educação tem por atribuição articular e integrar, em um diálogo permanente, as Câmaras de Educação Básica e de Educação Superior, correspondendo às exigências de um Sistema Nacional de Educação que ultrapasse barreiras burocráticas, mediante à prática orgânica e unitária.

De forma convergente, os Conselhos Estaduais de Educação orientam a política educacional do Estado, com a responsabilidade de regulamentar, por ações normativas, e organizar o Sistema Estadual de Ensino em vários níveis, normatizam diferentes processos, começando pela autorização de funcionamento de instituições escolares públicas e privadas e nenhuma escola existe ou funciona sem o aval deles. Considerando o embasamento constitucional, apesar dos órgãos serem independentes, é necessário que respeitem as diretrizes e bases nacionais.

No que se refere aos conselhos estaduais de educação, Bordignon ressalta que

Os conselhos de educação foram concebidos como órgãos técnicos de assessoramento superior, com a função precípua de colaborar na formulação das políticas e diretrizes educacionais no interior dos sistemas. Essa função situou os conselhos como órgãos normativos. (BORDIGNON, 2009).

Esses órgãos de avaliação e regulação da esfera estadual existem como uma forma de assegurar a participação da comunidade na definição, aperfeiçoamento, avaliação e fiscalização das políticas educacionais. Embora respondam ao governo, os conselhos possuem gestão autônoma, com composições que variam de acordo com a unidade de federação a qual pertencem e estão subordinados. Têm responsabilidades tanto em relação à Educação Básica, quanto à Superior. Eles normalizam diferentes processos, começando pela autorização de funcionamento de instituições escolares públicas e privadas – nenhuma escola existe ou funciona sem o aval deles

No Maranhão, o Conselho Estadual de Educação foi criado, conforme artigos a seguir:

Art. 1º – De acordo com o Art. 10 da Lei nº 4.021 de 20 de dezembro de 1961 e que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional fica criado o Conselho Estadual de Educação do Maranhão.

Art. 2º – O Conselho Estadual de Educação será constituído por 9(nove) membros nomeados pelo Governador do Estado, por seis anos, além do Secretário de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, que será o Presidente. (BRASIL, 1962).

O Conselho Estadual de Educação do Maranhão - CEE/MA foi criado na Lei n.º 2.235 de 28 de dezembro de 1962 para desenvolver o trabalho de inspeção de interação da

sociedade civil, constituído por professores especialistas em educação, entidades ligadas a educação e segmentos organizados da sociedade. Em sua estrutura organizacional, é composto por presidente, vice-presidente, secretário, Câmara de Educação Superior (CES), Câmara de Educação Básica (CEB) e seus secretários, assessoria, diretoria executiva, serviços administrativos e recursos humanos, serviço de documentação e processamento de dados e serviços gerais. Na composição dos titulares de cada cargo, há: Presidente do CEE/MA; Vice-Presidente do CEE/MA; Presidente da CEB; Vice-Presidente da CEB; Presidente da CES; Vice-Presidente da CES; conselheiros suplentes.

No que se refere as competências e atribuições do Conselho Estadual do Maranhão (CEE/MA), este deve participar da elaboração e desenvolvimento de diretrizes políticas educacionais do Estado. Ao analisar a atuação do CEE nas universidades públicas estaduais, poderemos compreender os processos de regulação e avaliação desenvolvidos nas instituições de educação superior, seus impactos e desafios.

Vale ressaltar que um Conselho Estadual existe como uma forma de assegurar a participação da comunidade na definição, aperfeiçoamento, avaliação e fiscalização das políticas educacionais. Embora respondam ao governo, os conselhos possuem gestão autônoma, com composições que variam de acordo com a unidade de federação à qual pertencem e estão subordinados.

Para que os Conselhos se constituam de fato, como órgãos voltados para o acompanhamento da qualidade institucional, Cury considera que

A rigor, todos estes Conselhos têm uma convergência final: garantir o acesso e a permanência de todas as crianças, de todos os adolescentes, jovens e adultos em escolas de qualidade. E, sendo a educação escolar um serviço público e de finalidade universal, é no ensino público que a oferta de ensino deve ser cuidadosamente gerida a fim de que a igualdade perante a lei, a igualdade de condições e de oportunidades tenham vigência para todos, sem distinções. (CURY 2000).

Na seção seguinte, apresentaremos a configuração das políticas de regulação e avaliação da educação superior a fim de que possamos compreender os desafios a serem superados a partir dos resultados das avaliações dos cursos de graduação pelo CEE/MA e de que forma eles são utilizados com intuito de melhorar a qualidade da educação ofertada.

3 CONFIGURAÇÃO DAS POLÍTICAS DE REGULAÇÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

O CEE credenciou a UEMA e desenvolve ações de avaliação para o reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de graduação das IES vinculadas ao estado do Maranhão. Em novembro de 2016, com a criação da Universidade Estadual da Região

O uso dos resultados da avaliação dos cursos...

Tocantina do Maranhão (UEMASUL), o CEE procedeu o credenciamento institucional e permaneceu com as avaliações de reconhecimento e renovação dos respectivos cursos de graduação, antes ofertados pela UEMA, quando houve a separação dos campi de Imperatriz e Açailândia, para a criação da nova IES estadual pública.

No que se refere à atuação da Universidade Estadual do Maranhão, na área de educação superior, está distribuída nos seguintes níveis:

- Cursos técnicos de nível médio na modalidade subsequente;
- Cursos presenciais e a distância de Graduação Bacharelado, Licenciatura e Tecnólogo;
- Programa de Formação de Professores para a educação básica;
- Pós-Graduação Lato Sensu (presencial e a distância) e Stricto Sensu (mestrado e doutorado).

A UEMA realiza o processo de autoavaliação conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) em conformidade com o Plano de Desenvolvimento Institucional PDI/UEMA, e adota os conceitos estabelecidos pelo Sinaes, em consonância com a Lei nº. 10.861 de 14 de abril de 2004.

A avaliação busca fazer diagnóstico da qualidade da educação superior, conferindo o perfil e a qualidade do corpo docente, o desempenho dos estudantes, a gestão e a responsabilidade social da instituição. Nessa perspectiva,

A avaliação institucional deve ser um amplo e democrático processo de busca de compreensão das dimensões essenciais de uma instituição e de organização das possibilidades de transformações. Portanto, deve estar orientada claramente para as finalidades essenciais da instituição, sob os seguintes aspectos: compreensão, redefinição, valoração e construção das transformações desejadas. Estando voltada para a melhoria do funcionamento institucional e sua responsabilidade social, e não atrelada às necessidades de momento dos governos e do mercado, a avaliação é uma resposta à exigência ética da melhoria do funcionamento institucional, elevação da efetividade científica e política, aumento da conscientização da comunidade acadêmica e responsabilidade social [...] (DIAS SOBRINHO, 2003. p, 40)

A avaliação contínua possibilita que a universidade conheça suas dificuldades para subsidiar a tomada de decisão colegiada a partir da mudança de concepções e atitudes da comunidade acadêmica na perspectiva da qualidade social, justa, equânime e igualitária com respeito às diversidades plurais. Portanto,

Há necessidade de destacar a importância da avaliação como processo que permeia o trabalho educativo e o aprimoramento do processo de gestão das instituições e, além disso, sobre a possibilidade de institucionalização de práticas avaliativas assentadas em uma dinâmica planejada de intervenção, de mudança e de desenvolvimento institucional, levando-se em conta as características de cada instituição

e não somente o atendimento às recomendações estabelecidas pelos organismos oficiais (BRANDALISE, 2010b).

Compreendemos que as reformas e influências das políticas educacionais de avaliação e regulação nacionais repercutem nos processos de organização dos CEE e das IES. No entanto, não se pode perder de vista a emergência da própria universidade analisar conquistas e impasses.

A partir da Constituição de 1988 e as sucessivas Medidas Provisórias, o marco legal da Avaliação e Regulação da Educação Superior, passa pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB N.9.394/96), pelo Plano Nacional de Educação (PNE 2014/2024) e respectivos Decretos, com o reconhecimento legal da relevância da avaliação associada à ideia de melhoria da qualidade.

O processo avaliativo das universidades brasileiras está associado à política de pós-graduação promovida pela Capes, cujo sistema de avaliação pelos pares estendeu-se às agências de fomento à pesquisa.

Durante o mandato do Presidente Collor, as tentativas de implantar o “Estado avaliador” sofreram fortes resistências dos dirigentes e da comunidade universitária. No entanto, após seu *impeachment*, a curta gestão do Presidente Itamar Franco foi marcada por um processo de diálogo e negociação positivos entre o MEC e a comunidade de Educação Superior.

O Projeto de Avaliação Institucional elaborado por uma comissão de especialistas foi adotado pelo MEC e tornou-se o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (Paiub). O Paiub foi desenvolvido sob a coordenação de uma Comissão Nacional de Avaliação, com a participação majoritária de associações de dirigentes universitários e de representantes do governo vinculados à SESu. A experiência do Paiub incluiu, nos dois primeiros anos, mais de uma centena de universidades, mas seu ritmo declinou com a orientação dada no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que se restringiu ao processo de avaliação interna das universidades.

Constatou-se a construção de uma nova “agência reguladora” especializada na concepção e execução da avaliação - o Inep, revelando uma cultura avaliativa imposta de fora para dentro a partir do deslocamento de competências internas de órgãos centrais do MEC.

Nesta perspectiva, cabe à sociedade e à comunidade acadêmica não apenas o consumo das informações produzidas pela avaliação, ou seja, deixar a condição de objeto avaliado para ser sujeito avaliador, compreendendo que esse processo de inacabamento institui uma cultura de avaliação e autoavaliação formativa e emancipatória, rompendo com o paradigma da avaliação do controle, que privilegia a classificação, a competição, o *ranking* e a eficiência e eficácia típica do mercado.

A seguir detalharemos o percurso metodológico adotado neste estudo.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

O percurso metodológico deste estudo pauta-se na abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso, que se inicia com a revisão de literatura; levantamento e análise de fontes documentais e dos dispositivos legais do CEE; mapeando o estado de conhecimento com estudos provenientes da temática do uso dos resultados dos processos avaliativos e das normativas que tratam do papel e das atribuições dos CEE no que se refere à sua constituição, trajetória histórica, organização, configuração, composição, representatividade, definição, delineamento e normalização de políticas de regulação e avaliação da Educação Superior.

Segundo Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem. Seguindo essa linha de raciocínio, Vieira e Zouain (2005) afirmam que a pesquisa qualitativa atribui importância fundamental aos depoimentos dos atores sociais envolvidos, aos discursos e aos significados transmitidos por eles. Nesse sentido, esse tipo de pesquisa preza pela descrição detalhada dos fenômenos e dos elementos que o envolvem.

A fase exploratória caracterizou-se pelo momento de definir as unidades de análise, estabelecer contatos iniciais, localizar os participantes e estabelecer os procedimentos e instrumentos de coleta de dados; em seguida, a delimitação do foco do estudo e coleta dos dados: seleção dos aspectos mais relevantes e a determinação do recorte, seguida de entrevistas, observações e análise de documentos; e análise sistemática dos dados e elaboração do relatório: organização do material coletado, leitura e releitura de todo material.

De acordo com Gil (2008), o objetivo de uma *pesquisa exploratória* é familiarizar-se com um assunto ainda pouco conhecido ou explorado. Assim, se constitui em um tipo de pesquisa muito específica, sendo comum assumir a forma de um estudo de caso. Nesse tipo de pesquisa, haverá sempre alguma obra ou entrevista com pessoas que tiveram experiências práticas com problemas semelhantes ou análise de exemplos análogos que podem estimular a compreensão.

Na primeira etapa da pesquisa, foi realizada a revisão de literatura com o levantamento sistemático das produções científicas do Conselho Estadual de Educação (CEE) considerando o ano de aprovação e vigência Lei n.º 10.861, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação (SINAES). Nosso objetivo foi mapear os estudos provenientes de fontes bibliográficas nacionais que tratam a respeito do papel exercido pelos Conselhos Estaduais de Educação (CEE) no que diz respeito ao delineamento de políticas, acompanhamento e avaliação da Educação Superior.

A pesquisa documental é a técnica apresentada por Ludke e Andre (1986) que conforme os autores, essa técnica pode ser valiosa, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas.

A entrevista foi um método empregado na coleta de dados. Conforme Godoy (2005) ela é um dos métodos mais utilizados na pesquisa qualitativa e parte de um continuum que vai desde entrevistas estruturadas, passando por entrevistas semiestruturadas até entrevistas não estruturadas. A chamada entrevista estruturada é usada quando se objetiva a obtenção de resultados uniformes entre os entrevistados, permitindo, assim, uma comparação imediata, em geral mediante tratamentos estatísticos. Triviños (2008) destaca que o tipo de entrevista mais adequado para a pesquisa qualitativa se aproxima dos esquemas mais livres, menos estruturados, em que não há imposição de uma ordem rígida de questões.

Na segunda etapa da pesquisa, o estudo de caso junto ao CEE/MA e à UEMA com realização de entrevistas, com o objetivo de compreender as implicações da atuação do CEE nos processos administrativos e pedagógicos das IES.

De acordo com Bardin (2004), a análise do conteúdo consiste num conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens. Conforme Richardson (1999), a análise de conteúdo tenta descrever o texto segundo a sua forma, isto é, os símbolos empregados, palavras, temas, expressões, frases e quanto ao seu fundo, que tenta verificar *as tendências dos textos* e a adequação do conteúdo.

Segundo Bardin (2004, p. 89), a *análise de conteúdo* apresenta as seguintes etapas no seu processamento: 1) *Pré-análise*: nesta etapa, o pesquisador vai realizar a “escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final”; 2) *Descrição analítica*: o material é submetido a um estudo aprofundado orientado pelas hipóteses e pelo referencial teórico. Procedimentos como a codificação, a categorização e a classificação são básicos nesta fase. Buscam-se sínteses coincidentes e divergentes de ideias; 3) *Interpretação referencial*: a reflexão, a intuição com embasamento nos materiais empíricos estabelecem relações, aprofundando as conexões das ideias. Nessa fase, o pesquisador aprofunda sua análise e chega a resultados mais concretos da pesquisa.

Acreditamos que os gestores que lidam com a avaliação e regulação trarão elementos representativos que nos ajudarão a compreender como os sujeitos que vivenciam o cotidiano institucional concebem a atuação do Conselho Estadual de Educação (CEE) nos processos de regulação e avaliação da Educação Superior e em que medida este órgão tem exercido algum tipo de influência na gestão da instituição e dos cursos.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao longo dos anos de 2020 a 2022, realizamos levantamento bibliográfico sobre a política de avaliação e regulação da educação superior, buscando conhecer como o sistema

O uso dos resultados da avaliação dos cursos...

estadual se articula com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) para definir e colocar em prática as políticas regulatórias, ao aderirem aos processos avaliativos instituídos em âmbito federal. Portanto, as universidades estaduais são avaliadas a partir dos resultados alcançados nesses processos, por meio das ações do CEE.

Masetto (1990) destaca a importância de que a universidade e a educação cumpram seu papel também social, sendo um bem público produtor de benefícios que atingem toda a sociedade, devendo ser avaliada pela eficácia social de suas atividades e pela eficiência de seu funcionamento.

Nesse contexto, Azevedo (2011, p. 425) afirma que:

Nesses marcos, a busca da qualidade na educação implica superar a crise de eficiência, eficácia e produtividade presentes nos sistemas de ensino e, por conseguinte, corrigir a improdutividade que perpassa a prática pedagógica e a gestão das unidades escolares, de modo que haja retorno dos recursos investidos nas escolas. A exclusão e a discriminação educacionais decorrem, nessa ótica, de problemas adstritos à própria escola, a exemplo da ineficiência e da incompetência dos que nela atuam, causas pelas quais são explicados os fenômenos da evasão, da repetência e, enfim, da improdutividade dos seus resultados.

Saviani (2002) explicita que analisar a qualidade da educação não se reduz a uma análise de estrutura, mas sim de conjuntura. Estabelecer um parâmetro de qualidade consiste necessariamente em determinar elementos que vinculam essa qualidade a padrões que representam interesses:

Por qualidade de ensino, não entendo algo neutro, mas algo que se vincula aos interesses de determinadas camadas da sociedade. Por isso é que me parece fundamental, quando trabalho na educação, o posicionamento: é preciso saber de eu lado eu estou, porque os critérios de qualidade vão ser definidos a partir daí. O ensino qualitativamente bom vai ser qual? É claro que do ponto de vista de uma participação maior do povo no poder vai ser, justamente, aquele ensino que dê instrumentos que efetivem essa participação. O ensino que não de esses instrumentos, por mais sofisticado que seja, é qualitativamente ruim, tem uma qualidade inadequada. (SAVIANI, 2002, p. 202).

E acrescenta, na busca de qualidade para a educação, o trabalho pedagógico deve estar ancorado em três aspectos fundamentais: “[...] aguda consciência da realidade, fundamentação teórica coerente e instrumentalização técnica eficaz.” (SAVIANI, 2019, p. 158).

Portanto, a qualidade educacional, conforme defendem Dias Sobrinho e Balsan (2005), ultrapassa as camadas técnicas e científicas alcançando os mais profundos e diversos sentidos filosóficos, sociais e políticos. Desse modo, o compromisso de cada um dos atores educacionais, em sua atuação na educação superior, precisa ser concebido a partir

de uma concepção de responsabilidade que se enreda e se consolida na avaliação das instituições, dos cursos e dos estudantes.

Tal responsabilidade passa pela compreensão de que as questões relacionadas à avaliação situa-se na busca por uma gestão democrática que possibilite às IES enfrentar e superar os desafios impostos pelo sistema, regulado pelo viés financeiro e mercadológico.

Para desenvolver a análise de uma política pública é relevante que se adote um mecanismo que oriente e sirva de base na investigação e a na compreensão da política.

A análise de políticas demanda levar em consideração uma multiplicidade de aspectos, tais como: a estrutura social; o contexto econômico, político e social no qual as políticas são formuladas; as forças políticas; e a rede de influências que atuam no processo de formulação de políticas e de tomada de decisões nas diferentes esferas. Considerar esse conjunto de influências implica levar em consideração o fenômeno da globalização em toda a sua complexidade, a influência das agências multilaterais, as arquiteturas político-partidárias nacionais e locais, bem como a influência de indivíduos, grupos e redes políticas (MAINARDES, 2009, p.10).

De acordo com Souza (2006, p.28), “dentro do campo específico da política pública, alguns modelos explicativos foram desenvolvidos para se entender melhor como e por que o governo faz ou deixa de fazer alguma ação que repercutirá na vida dos cidadãos”.

Um importante modelo que vem sendo adotado como referência para a análise de políticas públicas é a “abordagem do ciclo de políticas” desenvolvida pelo sociólogo inglês Stephen Ball e colaboradores (Bowe et al, 1992; Ball, 1994).

Esta “abordagem do ciclo de políticas” de acordo com Mainardes (2006, p.48) “tem sido utilizada em diferentes países, como referencial analítico consistente para políticas educacionais”.

a. Ações desenvolvidas pelos Diretores de Curso de Graduação da UEMA a partir dos resultados das avaliações advindas do CEE/MA

A abordagem do ciclo de políticas destaca a natureza complexa e controversa da política educacional, enfatiza os processos micropolíticos e a ação dos profissionais que lidam com as políticas no nível local e indica a necessidade de se articularem os processos macro e micro na análise de políticas educacionais. Esse referencial teórico-analítico não é estático, mas dinâmico e flexível (MAINARDES, 2006, p.49).

O ciclo de políticas constitui-se em importante referencial que objetiva oferecer uma estrutura conceitual que supera os modelos lineares de análise, na medida em que os seus formuladores entendem que o processo político é complexo e envolve uma variedade de contextos. Nesta perspectiva, as políticas são consideradas como um ciclo contínuo, com

O uso dos resultados da avaliação dos cursos...

contextos ligados e interrelacionados, sem dimensão temporal nem sequencial e não constituem etapas lineares (MAINARDES, FERREIRA, TELLO, 2011, p.157).

Ball, Maguire e Braun (2012) destacam a importância do contexto no qual as políticas são colocadas em ação. Segundo eles, as políticas são colocadas em ação em condições materiais, com variedade de recursos, em relação a 'problemas' específicos. As políticas - novas e velhas - são colocadas diante de compromissos existentes, valores e formas de experiência.

A Assessoria de Avaliação Institucional dos Cursos de Graduação vinculada à PROG, realizou em dezembro/2021, durante duas semanas, o 1º Seminário de Avaliação para a apresentação dos Planos de Ação elaborados pelos Diretores de Centro e Curso em colaboração com os professores NDE, com o objetivo de socializar experiências e ações que se comprometeram desenvolver ao longo do ano 2022, tendo como subsídios as dimensões e indicadores do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação – MEC/INEP e os relatórios do CEE-MA.

A seguir, destacamos as ações elaboradas pelo coletivo dos gestores e professores do NDE dos cursos de graduação da UEMA:

DIMENSÃO 1 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO- PEDAGÓGICA

1.1 Políticas institucionais no âmbito do curso. Reuniões e estudos com professores e alunos; Promoção de oportunidades de aprendizagem; Promoção de cursos de extensão, pesquisa e eventos acadêmicos; Incentivo aos docentes à participação de novos cursos; Participação em programas de iniciação científica, eventos acadêmicos, execução do PPC; avaliações das execuções das ações; DCN'S e outros; Fomento a iniciativas em pesquisa, extensão e atividades complementares no curso; Desenvolvimento de projetos e atividades práticas de ensino e pesquisa; Incentivo aos professores para o envolvimento com a pesquisa e extensão; Criação de um escritório escola irá ocorrer como prática inovadora; Realização de concursos públicos para contarmos com professores efetivos.

1.2 Objetivos do curso, realização de estudos com professores, alunos e egressos, proporcionando práticas que agreguem profissional e pessoalmente os discentes; Aproximação dos discentes às atividades práticas relevantes à profissão através de oficinas; Reuniões com professores e alunos; Desenvolvimento de trabalhos de forma interdisciplinar; Realização de avaliações contínuas, planos de ensino e planos de aula; Reelaboração do PPC inserindo a relação com as características locais e regionais com criação disciplinas que atendam à vocação regional.

1.3 Perfil profissional do egresso. Organização dos indicadores de gestão incluindo os processos de avaliação interna da UEMA, do curso e posteriormente, de avaliações exter-

nas disponíveis; Avaliações contínuas acerca do resultado final das disciplinas; Criação de mecanismos de acompanhamento; Reuniões e estudos com professores e alunos; Tornar mais clara a articulação entre as necessidades locais e regionais.

1.4 Estrutura curricular. Visitas técnicas e aulas práticas dos alunos. Criação fazendo escola; Articulação entre componentes curriculares; Atualização do PPC; Integração de Libras no curso, como componente transdisciplinar. Familiaridade com a modalidade a distância; Reuniões e estudos com professores e alunos.

1.5 Conteúdos curriculares. Atualização e unificação da matriz curricular dos cursos. Adequação dos conteúdos segundo as recomendações do CEE; Definição de estratégias para tornar o curso um diferencial na área da educação; Atualização do PPC e dos conteúdos curriculares; Interdisciplinaridade/transversal; Inclusão para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena; Promoção de workshop sobre as políticas de educação ambiental, direitos humanos e as relações étnico- raciais, cultural afroindígena; Reuniões com professores e alunos.

1.6 Metodologia. Reuniões e estudos com professores e alunos; Garantia da regularidade na oferta das disciplinas de formação pedagógica; Fortalecimento do uso das metodologias ativas.

1.7 Estágio curricular supervisionado. Dedicção exclusiva do corpo docente em regime de 40 h.; Reuniões e estudos com professores e alunos; Institucionalização das relações com prefeituras e escolas do interior e concurso; Formalização dos convênios e elaboração do manual de estágio; Criação da coordenação de estágio de todos os cursos, elaboração de manual de estágio e estabelecimento de convênios com as instituições do TR; Aperfeiçoamento das estratégias de integração entre o ensino e o fazer pedagógico/didático a partir das competências.

1.8 Estágio curricular supervisionado: relação com a rede de escolas da educação básica. Criação da coordenação de estágio; Reuniões e estudos com professores e alunos; Estabelecimento de parcerias com as escolas; Rediscussão e redirecionamento de critérios com a rede de escolas.

1.9 Estágio curricular supervisionado –relação teoria e prática. Criação de uma coordenação de práticas pedagógicas/Letras; Revisão de estratégias formativas; Reuniões e estudos com professores e alunos.

O uso dos resultados da avaliação dos cursos...

1.10 Atividades complementares. Webinar e curso de nivelamento; Reuniões e estudos com professores e alunos; Melhoria do campo de estágio; Elaboração de documento orientador, específico do Campus; Institucionalização das AC.

1.11 Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC). Criação de site do curso para dar visibilidade aos trabalhos produzidos; Reuniões e estudos com professores e alunos; disponibilizar os TCC para acesso na internet; Transformar os melhores trabalhos em um livro.

1.12 Apoio ao discente. Reuniões e estudos com professores e alunos; Criar um repositório institucional, no site da engenharia de computação, acessível pela internet, das monografias e regimentos; Programas de capacitação docente e discente para a acessibilidade, diversidade e inclusão; Ampliação de mecanismos de acompanhamento; Implantação de políticas que viabilizem estágio não obrigatório e apoio psicopedagógico; Apoio a saúde mental do discente com encaminhamento a rede psicossocial da UEMA, acompanhamento das disciplinas e relatórios de históricos escolar; discente com participação em iniciação científica, extensão e outros.

1.13 Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa. Reuniões e estudos com professores e alunos; Elaboração de uma política mais arrojada na inclusão, capacitar professores para trabalhar na inclusão; Aumento da participação efetiva dos docentes na discussão dos resultados das avaliações; Avalgrad, simulado ENADE, Introduções de questões do ENADE, planejamento das atividades, criação de uma ouvidoria no Campus; Autoavaliação de curso local; Realização de atividades de avaliação institucional e do curso com a comunidade discente, egresso e professores externos. Implementação do processo avaliativo interno da gestão com participação de discentes, docentes, corpo técnico-administrativo; Dinamismo e interação na relação discente, docente e diretor de curso. Avaliação interna; Realização de campanha permanente da Avalgrad; Realização de simulados sobre questões ENADE.

1.14 Atividades de tutoria. Promoção de encontros com a participação dos docentes nas discussões relacionadas aos resultados das avaliações.

1.15 Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria. Sem proposições pelos diretores de curso

1.16 Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem. Formação dos professores e melhoria da estrutura laboratorial; Sensibilização do departamento sobre a importância da utilização das TIC; Investimento em mais equipamentos tecnológicos; Criação de um laboratório de tecnologias aplicadas ao ensino de história;

Organização dos laboratórios dos campi com atualização de softwares; Implementação do trabalho colaborativo com informações para gerar novos conhecimentos e competências entre docentes e discentes; Reuniões e estudos com professores e alunos; Atualização do PPC.

1.17 Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem. Aquisição de mais exemplares para a biblioteca física, maior diversidade na virtual e compra das Normas técnicas; Reuniões e estudos com professores e alunos; Disponibilizar tecnologias de ensino; Treinamentos direcionados para a capacitação do corpo docente para questões no modelo Enade e concursos; Realizações de eventos ENADE.

1.18 Número de vagas. Realização de estudos em escolas públicas e empresas para determinar as demandas para os cursos; Ampliação de vagas no PAES; Aumento do quantitativo de vagas para oferta de cursos.

1.19 Integração com as redes públicas de ensino. Reuniões com a SEMED, URE e seus diretores de escola; Integração do curso com as redes públicas de ensino; Estabelecimento de parcerias formais entre redes de ensino público e UEMA.

1.20 Integração do curso com o sistema local e regional de saúde (SUS). Constituição da Coordenação de estágio.

1.21 Atividades práticas de ensino para licenciaturas. Reuniões e estudos com professores e alunos. Melhorar a infraestrutura, insumos, equipamentos adequados; Melhoria da infraestrutura do campus.

Nesta dimensão, verificamos que as ações mais propostas estão voltadas para formação de professores e uso das TICS, planejamento de atividades avaliativas, criação da coordenação de estágio, dentre outras. No que se refere a dimensão 2, os diretores de curso de graduação e os professores do NDE da UEMA, propuseram o desenvolvimento das seguintes ações:

DIMENSÃO 2 - CORPO DOCENTE E TUTORIAL

2.1 Núcleo Docente Estruturante – NDE. Análise periodicamente do PPC; Reuniões periódicas; Melhoria da atuação dos membros. Reuniões com professores e alunos; Realização de concurso; Ampliação do corpo docente com Tempo Integral; Incentivo ao exercício das funções contidas no regimento interno do NDE e Colegiado.

2.2 Equipe multidisciplinar. Ampliação do intercâmbio com a comissão de núcleo comum do CESC/UEMA.

2.3 Atuação do coordenador. Criação do cargo de diretor de curso; Elaboração do plano de ação compartilhado; Reuniões com professores e alunos.

2.4 Regime de trabalho do coordenador de curso. Reuniões e estudos com professores e alunos; Otimização das demandas em conformidade com PROG/CTP.

2.5 Corpo docente: titulação. Estudos com professores, alunos e egressos; Acompanhamento do conteúdo da ementa das disciplinas; Oferta de cursos de especialização na área de saúde; Participação compulsória em treinamentos didáticos pedagógicos; Formação continuada; Efetivação de professores do curso de enfermagem; Ampliação do corpo docente com concurso público para preenchimento de vagas existentes; Incentivo à criação de grupos de pesquisa cadastrados junto ao CNPQ.

2.6 Regime de trabalho do corpo docente do curso. Reuniões e estudos com professores e alunos; Promover junto ao departamento de Pedagogia, cursos, palestras e seminários; Solicitar concursos para professores efetivos; Aumento do quantitativo de docentes; Ampliação do corpo docente com concurso público para preenchimento de vagas existentes; Realização de concurso público para professores efetivos com carga horária de 40 h e dedicação exclusiva; Regime de trabalho do corpo docente do curso; Reuniões e estudos com professores e alunos.

2.7 Experiência profissional do docente. Reuniões com professores e alunos; Liberação de vagas para concurso que já tem.

2.8 Experiência no exercício da docência na educação básica. Promoção de experiências reais de mercado; Alteração da pontuação para a experiência profissional em docência na educação básica na avaliação curricular no edital do concurso para professores; Reuniões com professores e alunos; Ampliação de visita dos docentes às instituições de ensino básico para conhecer a problemática e deficiências dos conteúdos ministrados; Rediscussão da relação IS/EP.

2.9 Experiência no exercício da docência superior. Realização de ações voltadas para experiência na educação básica aos professores; Exercício de liderança e ser reconhecido pela sua produção; Reuniões com professores e alunos; Ampliação de visita dos docentes às instituições de ensino básico para conhecer a problemática e deficiências dos conteúdos ministrados; Redefinição da prática docente.

2.10 Atuação do colegiado de curso ou equivalente. Reuniões com professores e alunos; Concurso e carga horária de substituto; Participação ativamente das reuniões; Elaboração da agenda de 2022.1 do colegiado de curso quanto a reuniões do curso.

2.11 Titulação e formação do corpo de tutores do curso. Realização do planejamento de reuniões, registros e controle do fluxo de informações.

2.12 Produção científica, cultural, artísticas ou tecnológicas. Reuniões e estudos com professores e alunos; Elaboração de projetos de pesquisa no âmbito do ensino, pesquisa e extensão; Participação mais efetiva em produção científica; realização de concurso público; Incentivar a elaboração e submissão de projetos de pesquisa de extensão pelo corpo docente do curso; Promover eventos como palestras obrigatórias sobre atividades de pesquisas, extensão e produção tecnológica; Melhoria na produção bibliográfica dos docentes pontuação mediana no lattes; Incentivar a produção nos docentes e discentes; Promover Workshops; Editais de incentivo.

QUANTO A DIMENSÃO 3 – INFRAESTRUTURA, OS GESTORES PROPUSERAM AS SEGUINTE AÇÕES

3.1 Espaço de trabalho para docentes em tempo integral. Reunião com direção do centro, Pró-reitorias, reitorias e professores; Solicitação de concursos para professores efetivos; Sala individual para os professores; Agilizar a construção do novo campus; Construção do novo campus Uema em Balsas; Ampliação do espaço de trabalho para os docentes; Criação de espaços individuais para os docentes; Construção de salas; Novo prédio entregue inclusão de ar-condicionados, mesas para trabalho, divisórias; Proporcionar espaço físico adequado para a sala, sala de professores, sala de coordenador, biblioteca, laboratório; Construção de espaços de trabalho para professores efetivos e principalmente os dedicação exclusiva.

3.2 Espaço de trabalho do coordenador. Otimização do uso dos espaços; Criação de sala para a direção de curso; Aquisição de equipamentos e contratação de secretaria; Reformar o ambiente conforme as normas; Ampliação do espaço de trabalho; Criação de salas e equipamentos; Construção do novo campus Uema em Balsas; Reunião com direção do centro, Pró-reitorias, reitorias e professores.

3.3 Sala coletiva de professores. Aquisição de equipamentos de informática para a direção e secretária do curso; Construção de espaços de trabalhos para professores efetivos e principalmente os dedicação exclusiva; Adequação do espaço para viabilizar o trabalho

O uso dos resultados da avaliação dos cursos...

e integração dos docentes; Disponibilizar os recursos apropriados; Adequação do espaço para descanso e integração; Reunião com direção do centro, Pró-reitorias, reitorias e professores; Planejamento com a direção do curso e gestão superior

3.4 Salas de aula. Otimização da sala de professores/construção de novos espaços; Manutenção das salas de aula; Construir mais salas de aulas para atender à demanda em especial no turno noturno; Construção de espaços para professores; Aquisição de equipamentos tecnológicos para as salas de aula; Intensificar as manutenções dos aparelhos tecnológicos de refrigeração; Equipar com computadores e impressoras. Reunião com direção do centro, Pró-reitorias, reitorias e professores.

3.5 Acesso dos alunos a equipamentos de informática. Mudança de prédio; Prédio de Engenharia da Computação; Climatização das salas de aulas; Manutenção para os aparelhos de Ar condicionado; Melhoria na quantidade e qualidade dos equipamentos de informática; Ampliar a sala coletiva existente; Construir um laboratório de informação; Ampliação da sala de informática; Intensificar as manutenções dos aparelhos tecnológicos; Aquisição de mais equipamentos de informática; Melhoria na quantidade e qualidade dos equipamentos de informática; Solicitação de equipamentos; Dispor de computadores para cada 5 alunos com acesso à internet, em espaço adequado; Ampliar rede de computadores e melhorar o espaço físico; Organização dos laboratórios dos campi, compra de máquinas de atualizações de softwares; Ampliar a sala coletiva e o quantitativo de equipamento; Reunião com direção do centro, Pró reitorias, reitorias e professores; Planejamento com a direção do CESC e gestão superior.

3.6 Bibliografia básica por Unidade Curricular(UC). Melhoria no acervo de livros disponibilizados nas bibliotecas; Aquisição de livros com referências atuais; Melhoria na quantidade de livros disponíveis nas bibliotecas; aquisição de novos títulos para atualização do acervo; Ampliação e atualização do acervo da biblioteca; Aquisição de livros da bibliografia básica disposta no PPC; Construir uma nova biblioteca; Atualização das obras no PCC; Adquirir livros em quantidade adequada para a utilização; Analisar o acervo bibliográfico; Solicitação do acervo físico bibliográfico básico; Planejamento com a direção do CESC e gestão superior; Atualizar e comprar mais livros. Reunião com direção do centro, Pró-reitorias, reitorias e professores, Criação de biblioteca central; Solicitar organização do espaço.

3.7 Bibliografia complementar por unidade curricular (UC). Atualização e ampliação do acervo bibliográfico; Compra de livros; Aquisição de mais exemplares para a biblioteca física, maior diversidade na virtual e compra da ABNT; Aquisição de livros da bibliografia complementar disposta do PPC; Aquisição de computadores, reforma da sala de informática/ contratação de técnico ou estagiário; Construir uma nova biblioteca; Aquisição de bibliogra-

fia complementares atualizadas; Melhoria na quantidade de livros disponíveis nas bibliotecas; Aquisição e doação de livros, acesso a periódicos; Adquirir livros atualizados; Adquirir novos livros; Instituir o acervo bibliográfico técnico de fruticultura; Atualização das obras no PPC; Aquisição demais exemplares de livros base; Planejamento com a direção do CESC e gestão superior; Reunião com direção do centro, Pró-reitorias, reitorias e professores.

3.8 Laboratórios didáticos de formação básica. Criação de um laboratório de línguas; Criação de laboratório didático de educação básica; Segurança, luminosidade, ventilação, adequação de material de consumo e equipamentos, contratação de técnico de laboratório; Aquisição de equipamentos de informática para aulas práticas; Reunião com direção do centro, Pró-reitorias, reitorias e professores.

3.9 Laboratórios didáticos de formação específica. Viabilizar manutenção periódicas dos equipamentos do laboratório; Habilitar os laboratórios para seu funcionamento; Construção de mais salas para laboratórios, manutenção das instalações elétricas da atual estrutura dos laboratórios do NUTENGE e contratação de um técnico; Possibilitar a ampliação do laboratório didático para a formação básica dos professores; Aquisição e manutenção de equipamentos dos laboratórios e compra de insumos necessários para aulas práticas e pesquisa científica; Adequação do mobiliário, aquisição de reagentes para os laboratórios de química, física e biologia; Construir um laboratório didático de formação específica; Criação de um laboratório didático da educação básica; Aquisição de equipamentos de informática para aulas práticas; Equipar os laboratórios com materiais e equipamentos; Reunião com direção do centro, Pró reitorias, reitorias e professores; Finalizar obras de novo prédio. Implantação de instalações adequadas para laboratórios.

3.10 Laboratórios de ensino para a área de saúde. Viabilizar manutenção periódicas dos equipamentos do laboratório; Aquisição de equipamentos permanentes para o laboratório de enfermagem; Organização dos laboratórios dos campi, compra de máquinas de atualizações de softwares.

3.11 Laboratórios de habilidades. Ampliar os recursos didáticos e comprar instrumentos musicais para prática dos alunos; Aquisição e manutenção de equipamentos dos laboratórios e compra de insumos necessários para aulas práticas e pesquisa científica.

3.12 Unidades hospitalares e complexo assistencial conveniados. Planejamento com a direção do CESC e gestão superior.

3.13 Biotérios. Adequação do mobiliário/ aquisição de recursos pedagógicos específicos do laboratório de matemática.

O uso dos resultados da avaliação dos cursos...

3.14 Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (logística). Equipar o laboratório com recursos e insumos necessários.

3.15 Núcleo de práticas jurídicas: atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais. Equipamentos para aulas práticas.

3.16 Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Implantar um Comitê de Ética em Pesquisa; Compor o Comitê de Ética do curso de Química Licenciatura; Equipamentos para aulas práticas e de habilidades; Informação não condizente no plano de ação.

3.17 Comitê de Ética na Utilização de Animais(CEUA). Implantar um Comitê de Ética na utilização de animais.

3.18 Ambientes profissionais vinculados ao curso. Compra de livros; Melhorar logística; Inserção do comitê de ética nas pesquisas desenvolvidas no curso; Inserção de docentes do corpo docente no CEP; Buscar saber quando e como criá-lo.

Esses momentos de construção coletiva dos planos de ação pelos gestores e professores do NDE demonstram que a UEMA instituiu políticas que se coadunam com as políticas externas de avaliação e regulação dos cursos de graduação tanto do CEE quanto do SINAES. No entanto, verifica-se a possibilidade de ruptura com a lógica do mercado, quando se visualiza gestores que propõem ações para além da avaliação como controle, mas na perspectiva emancipatória.

Para Freire (1997, p. 131): “[...] a questão que se coloca a nós é lutar em favor da compreensão e da prática da avaliação enquanto instrumento de apreciação do que fazer de sujeitos críticos a serviço, por isso mesmo, da libertação e não da domesticação”.

b. Possibilidades para o uso dos resultados da avaliação dos cursos de graduação pela UEMA a partir do CEE

Os resultados revelam a escassez de produção acadêmica referente à temática, bem como uma visão reducionista do CEE em relação às suas atribuições. Verificamos que a UEMA vem buscando desenvolver ações a partir dos resultados dos relatórios de avaliação interna e externa, bem como em consonância com o PDI, no sentido de melhorar a qualidade do ensino na perspectiva da avaliação formativa e emancipatória, de modo a romper com a cultura do controle, da eficiência e eficácia exigidas pela lógica do mercado.

As possibilidades do uso dos resultados da avaliação dos cursos de graduação da UEMA pela comunidade acadêmica surgem a partir das análises dos relatórios expedidos pelo CEE/MA, CPA, Avalgrad, INEP, bem como ao longo do processo do desenvolvimento

dos planos de ação elaborados pelos gestores institucionais e professores do NDE ao discutirem as dimensões da organização didático-pedagógica, Do corpo docente e infraestrutura e os respectivos indicadores de qualidade propostos no Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação.

Além do Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação, destacam-se as dez dimensões do Sinaes de caráter administrativo, político, pedagógico e técnico-científico que são levadas em consideração pelos Diretores de Curso de Graduação quando do planejamento com o NDE. As dimensões são: I - A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); II - A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e a gestão, e as respectivas formas de operacionalização; III - A responsabilidade social; IV - A comunicação com a sociedade; V - As políticas de pessoal; VI - A organização e a gestão; VII - A infraestrutura física; VIII - O planejamento e a avaliação; IX - As políticas de atendimento aos estudantes; X - A sustentabilidade financeira.

Romper com a cultura do Estado Avaliador e com a ideologia do controle é uma luta de resistência constante nas instituições públicas, na perspectiva de buscar o diálogo permanente, compreendendo

[...] o diálogo é uma espécie de postura necessária, na medida em que os seres humanos se transformam cada vez mais em seres criticamente comunicativos. O diálogo é o momento em que os humanos se encontram para refletir sobre sua realidade tal como a fazem e refazem... Através do diálogo, refletindo juntos sobre o que sabemos, podemos, a seguir, atuar criticamente para transformar a realidade. [...] O diálogo sela o relacionamento entre sujeitos cognitivos; podemos, a seguir, atuar criticamente para transformar a realidade... Eu acrescentaria que o diálogo valida ou invalida as relações sociais das pessoas envolvidas nessa comunicação... O diálogo libertador é uma comunicação democrática, que invalida a dominação [...] ao afirmar a liberdade dos participantes de refazer a cultura. [...] O diálogo implica responsabilidade, direcionamento, determinação, disciplina, objetivos [...] Significa uma tensão permanente entre a liberdade e autoridade. (FREIRE; SHOR, 1987, p. 123).

É válido destacar que o processo da qualidade na educação, está a espera de pessoas críticas. Logo, em sua definição clássica, não há meia qualidade, qualidade não é “mais ou menos: ou se tem ou não se tem qualidade”. Tem que ser qualidade de serviços, produto, processo, de pessoas... (YSHIKAWA, 1981, p.43).

As concepções e os critérios da qualidade estão ligados à história e às condições sociais, políticas, econômicas e culturais. Para Souza (1997, p.26)

Qualidade não é algo dado, não existe em si, remetendo à questão axiológica, ou seja, dos valores de quem produz a análise da qualidade. Uma emergência de avaliação não se dá de modo dissociado das crenças, visão de mundo e práticas

O uso dos resultados da avaliação dos cursos...

sociais de quem as concebe. É um conceito que nasce da perspectiva filosófica, social, política de quem faz o analisar e dela é expressão.

É preciso superar a concepção de qualidade educacional hegemônica aceita automaticamente sem críticas. Segundo Saviani (2002, p. 2), este é um processo formativo, na educação formal, que consiste na passagem do senso comum à consciência filosófica: “[...] significa passar de uma criação fragmentária, incoerente, desarticulada, implícita, degradada, mecânica, passiva e simplista a uma concepção unitária, coerente, articulado, explícito, original intencional, ativa e cultivada.”

Segundo Duarte (2016, p. 41):

No processo de trabalho, o ser humano coloca em ação as forças da natureza para elas ajam umas sobre as outras, modifiquem-se umas às outras, chegando a um resultado que foi previamente estabelecido pela mente humana. Nesse processo, como é explicado por Marx, os seres humanos não transformam apenas a natureza, mas também a si mesmos.

Para Mészáros (2008, p. 67), não existe um momento ideal ou um período favorável para se iniciar o intento de lutar pela melhoria da qualidade da educação. “Um avanço pelas sendas de uma abordagem à educação e à aprendizagem qualitativamente diferente pode e deve começar ‘aqui e agora’ [...]”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que esta pesquisa contribui para a ampliação do debate em relação aos desafios e possibilidades quanto ao uso dos resultados da avaliação dos cursos de graduação pela UEMA na perspectiva crítica, democrática e emancipatória, rompendo com ações voltadas para a responsabilização, a fiscalização, o controle social e a prestação de contas, numa relação hierárquica e desigual.

Consideramos que se faz necessário uma ampla discussão com os gestores da UEMA (Reitoria, Pró-Reitorias, Direções de Centro, Direções de Curso, Chefes de Departamentos, Colegiados de Curso, Núcleos Docentes Estruturantes (NDE), Comissão Própria de Avaliação/CPA) e o CEE-MA sobre as atribuições distintas das instituições, no sentido de analisar criticamente as políticas de regulação e avaliação, na perspectiva da construção democrática da autonomia universitária ancoradas à comunidade interna e externa, com compromissos voltada à qualidade social.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Marli. **Questões sobre os fins e sobre os métodos de pesquisa em Educação**. Revista Eletrônica de Educação. São Carlos, SP: UFSCar, v. 1, p.119-131, set. 2005.
- AZEVEDO, J. M. L. **Notas sobre a análise da gestão da educação e da qualidade do ensino no contexto das políticas educativas**. RBPAE. v. 27, n. 3, set./dez. 2011.
- BALL, Stephen J. Diretrizes Políticas globais e Relações Políticas Locais em Educação. Porto Alegre. **Currículo sem fronteiras**, v.1, n. 2, 2001.
- BRASIL. LEI N.º 2.235 DE 28 DE DEZEMBRO DE 1962. **Lei de criação do Conselho Estadual de Educação, Maranhão, SL 28 dez. 1962**. Disponível em: <<http://www.educacao.ma.gov.br/lei-de-criacao-do-conselho-estadual-de-educacao/>>. Acesso em:25 jan.2022.
- BORDIGNON, G.; GRACINDO, R. V. **Gestão da educação: o município e a escola**. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. da S. (orgs.). Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2000.
- BRANDALISE, Mary Ângela Teixeira. **Avaliação institucional da escola: conceitos, contextos e práticas**. Olhar de professor, Ponta Grossa, v. 13, n. 2, p. 315-330, 2010b.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BAUER, M. W. e GASKEL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- BOWE, R.; BALL, S. J. with GOLD, A. **Reforming education & changing schools: case studies in Policy Sociology**. London: Routledge, 1992.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2004.
- BRASIL. Lei n. 10.861. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: SINAES e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DOU, 2004. CEE. Conselho Estadual de Educação: Disponível em: <https://cee.es.gov.br/competencias>. Acesso: 30. mar. 2022.
- CEE-MA. **Regimento Do Conselho Estadual De Educação Do Maranhão**. São Luís, 2016. Disponível em: <https://www.educacao.ma.gov.br/files/2017/01/regimento-conselho-estadual-educacao-maranhao.pdf>. Acesso em: 30. mar. 2022.
- CURY, C.R. J. **O Regime de Colaboração. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica**. Universidade Federal de Santa Catarina. Curso de Formação de Conselheiros Municipais de Educação. In: Caderno 1. O Contexto de Atuação, Natureza e Organização dos Conselhos Municipais de Educação. Brasília. 2008.
- CRESWEL, J. W. **Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

O uso dos resultados da avaliação dos cursos...

CURY, C. R. J. **A educação como desafio na ordem jurídica**. In: LOPES, E. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Org.). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 567-584.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior**: São Paulo: Cortez, 2003a.

DIAS SOBRINHO, José; BALSAN, Newton Cesar. **Avaliação institucional: teorias e experiências**. São Paulo: Cortez, 2005.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

FERREIRA, Márcia dos Santos; TELLO, César. **Análise de políticas: fundamentos e principais debates teórico-metodológicos**. In: BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (org.) Políticas educacionais: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **As pesquisas denominadas “estado da Arte”**. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, n. 79, p.257, Ago, 2002. FRANCO, Maria Amélia Santoro. Coordenação pedagógica: uma práxis em busca de sua identidade. *Revista Múltiplas Leituras*, v. 1, n. 1, p. 117-131, jan./jun. 2008.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GATTI, Bernadete. **Avaliação Institucional e Acompanhamento de instituição de ensino superior**. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, n. 21, p. 93-108, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, A. S. **Refletindo sobre critérios de qualidade da pesquisa qualitativa**. *Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, v. 3, n. 2, p. 81-89, mai./ago. 2005.

LUDKE, M. e ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LEITE, Denise. **Reforma universitária: avaliação institucional participativa**. Petrópolis: Vozes, 2005.

LIMA, Licínio C.; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de; CATANI, Afrânio Mendes. **O processo de Bolo-nha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a Universidade Nova**. *Avaliação (Campinas)*, v. 13, n. 1, p. 7-36, mar. 2008.

MAINARDES, J. **Moving away from a graded system: a policy analysis of the Cycles of Learning Project (Brazil)**. Thesis (PhD). Institute of Education – University of London, 2006.

MAINARDES, Jefferson. **Abordagem do Ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais**. Campinas: Educação & Sociedade, 2009.

MARTINS, E. B. e col. **A educação como aporte de socialização e constituição da cidadania: compreendendo as relações de poder como subsídio teórico na configuração dos processos educativos**. s/d.

NOVAES, Glaucia T. F. **Habilidades e competências do Exame Nacional dos cursos de medicina**. 2002. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, PUC/ SP, São Paulo, 2002.

RAMOS, José Ribamar Bastos. **História do CEE/MA**. Site Governo do Maranhão. Disponível em: <<http://conselhodeeducacao.ma.gov.br/>> Acesso em: 07 abril 2022.

RIBEIRO, Elisa Antonia. **As atuais políticas públicas de avaliação para a educação superior e os impactos na configuração do trabalho docente**. **Avaliação: Revista de Avaliação da Educação Superior**, Campinas/Sorocaba, v. 17, n. 02, 2012.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SAUL Ana Maria. **Na contramão da lógica do controle em contextos de avaliação: por uma educação democrática**. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1299-1311, dez., 2015.

SINAES – **Sistema nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação**/ [Instituto Nacional de estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira]. – 5. ed., revisada e ampliada – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa educacionais Anísio Teixeira. 2009. 328 p.

SINAES – Ministério da Educação. SEED. **Avaliação e planejamento**. 2006. Disponível em: Acesso em: 30. mar. 2022.

SINAES – **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação** / [Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira]. – 5. ed., revisada e ampliada – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2009.

SINAES. **Da concepção à regulamentação**. 4. ed. Brasília: INEP, 2007. SOUSA, Ana Maria Costa Marcus Nogueira. Governança no ensino superior privado. IN: COLOMBO, Sonia Simões e RODRIGUES, Gabriel Mario. Desafios da gestão universitária contemporânea. Porto Alegre: Artmed, 2011, p. 175-190.

SAVIANI, D. **Do senso comum a consciência filosófica**. 14. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 24. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1991.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica, quadragésimo ano: novas aproximações**. Campinas, SP: Autores Associados, 2019.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. rev. Campinas, SP; Autores Associados, 2013.

O uso dos resultados da avaliação dos cursos...

SAVIANI, D. **Políticas educacionais em tempos de golpe: retrocessos e formas de resistência.** Roteiro, v. 45, p. 1-18, 3 jun. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3D3LVJ3>. Acesso em: 22 jan. 2020.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura.** Porto Alegre: Sociologias, 2006.

TRIVIÑOS, A. N. da S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 2008.

VIEIRA, M. M. F. e ZOUAIN, D. M. **Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.